

Painel / Linha temática 4

Gênero, famílias e sexualidades: os modelos e as experiências



Mesa 4.1

"Conquistando identidades, visibilidade e direitos"

Comentadora:
Ana Cristina Santos¹

Moderador: Marcelo Politano de Freitas²

Coordenadora: Nathalie Nunes - nathalienunes@ces.uc.pt

Sexta-feira 6 de dezembro, sessão 1

Comunicações:

Nº	Nome completo	Email	Título da comunicação	Instituição
1	Déborah Alves de Santana	binhaxivas@hotmail.com	Identidade da Docência gay: "Quando o Silêncio Fala"	Universidade do Minho
178	Mario Felipe de Lima Carvalho	mariofelipec@yahoo.com.br	Ver para não ser visto: visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil	Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Brasil
185	Sandra Beatriz Morais da Silveira	sanmsil@terra.com.br	Promotoras legais populares : uma experiência de conquistas de direitos	PPGEDUC/FACE D/UFRGS / Brasil
76	Marianna de Almeida Chaves Pereira Lima	mariannachaves@yahoo.com	Direitos em doses homeopáticas: a situação jurídica das famílias homoafetivas em Portugal	FDUC

RESUMOS A SEGUIR

- 1 Investigadora no CES e Honorary Research Fellow no Birkbeck Institute for Social Research, Universidade de Londres. Projeto de investigação "INTIMATE - Cidadania, Cuidado e Escolha: A Micropolítica da Intimidade na Europa do Sul". http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/ana_cristina_santos.php
- 2 Doutorando do programa Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI (CES/FDUC/FEUC), professor do quadro permanente da UNEB - Universidade do Estado da Bahia (Brasil), do Curso de Direito. <http://lattes.cnpq.br/6742670719402672>

Identidade da Docência gay:" Quando o Silêncio Fala"

A presente pesquisa tem como objetivo principal investigar como a identidade sexual atravessa e constitui a identidade profissional de docentes do Vale do Jiquirçá-Ba. Nesse sentido, esta pesquisa se assenta nas discussões sobre educação e sexualidade propostas por autores (as) como Guacira Louro (1997, 2000, 2001), Judith Butler (2010) Stuart Hall (2009), Tomaz Tadeu Da Silva (1994, 2009), Michel Foucault (1999), Paulo Moita Lopes (2010), Deborah Britzman (2001), Anderson Ferrari (2003), Eric Roffes (2007), entre outros.

Assumindo assim um tom político carregado de inquietações relacionadas às dificuldades que alguns e algumas docentes apresentam no exercício da docência na escola, em função da assunção de uma identidade sexual não heterossexual.

Se considerarmos que a visibilidade das identidades sexuais e de gênero tem aumentado nos espaços escolares, seja pela posição docente ou discente, em certa medida, a problematização destas discussões repercute diretamente no debate relacional necessário entre educação e diversidade sexual.

No plano metodológico, essa pesquisa tem um caráter qualitativo, a qual possibilitou a pesquisadora uma maior interação com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Como técnica investigativa serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas com docentes não heterossexuais por permitir maior segurança à investigadora.

Por último importa afirmar que a relevância desta pesquisa se fundamenta na contribuição destas discussões para o debate científico, principalmente no plano da formação de professores, bem como por investigar e propor ao cenário escolar e das redes de ensino, discussões que articulem de forma estreita sexualidade e educação.

Esta articulação se dá nesta investigação, para o respeito às diversas formas de existência dos sujeitos no plano dos desejos e prazeres, rompendo com tabus não só no sistema educacional escolar, mas em outros espaços onde o fazer educativo também acontece.

Palavras-chave: identidade; sexualidade; homossexualidade; prática docente.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB (2013), Professora do Ensino Fundamental I desde Março de 2003, tenho experiência na área de Educação, atualmente elaborando Projetos que visem à conscientização humana e a equidade dos direitos sociais.

Ver para não ser visto: visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil

Em 29 de janeiro de 2004 em Brasília (Brasil) foi lançada a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. Esta foi a primeira de uma série de campanhas realizadas pelo movimento de travestis e transexuais brasileiro em conjunto com o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, que ultrapassam a questão da saúde.

O dia 29 de janeiro passou a ser o “Dia da Visibilidade Trans”, quando ocorrem manifestações das diversas ONGs de travestis e transexuais pelo país. Neste trabalho me dedico a analisar parte do material empírico coletado na minha pesquisa de doutoramento, principalmente os cartazes e panfletos produzidos tanto em parcerias entre governos e ONGs como os exclusivamente produzidos por organizações ativistas (o que também inclui uma série de memes divulgados nas redes sociais da internet).

Além do material gráfico, conto com minhas anotações de campo referentes as atividades do “Dia da Visibilidade Trans” realizadas em janeiro de 2013 na cidade do Rio de Janeiro em uma parceria da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro com o grupo TransRevolução (atualmente a organização exclusiva de travestis e transexuais mais atuante nesta cidade), assim como do protesto realizado a frente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 2013.

A partir da análise desse material busco uma compreensão dos sentidos dessa “visibilidade” nas possibilidades de transformação do imaginário sobre travestis e transexuais. Em outras palavras, investigar os usos da “visibilidade” pelo ativismo de travestis e transexuais como ferramenta política na luta por reconhecimento social.

Nessa análise, portanto, entrecruzam-se disputas de regimes de visibilidade das experiências “trans”, produções de estigmas e lutas por reconhecimento.

Palavras-chave: visibilidade; reconhecimento; estigma; travesti; transexual.

* Formado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ) na área de concentração “Ciências Humanas e Saúde”, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Carrara, Doutorando no mesmo instituto. Atualmente em estágio no ISCTE-IUL, sob orientação do Prof. Dr. Miguel Vale de Almeida.

Promotoras legais populares: uma experiência de conquistas de direitos

Pretendemos apresentar o estudo realizado, a partir de uma pesquisa desenvolvida para o curso de pós-graduação em que participamos junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A pesquisa contou com a participação direta das Promotoras Legais Populares/PLPs. O referido estudo, abordou a experiência desenvolvida pela organização feminista, THEMIS –Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero no extremo sul do Brasil, desde sua criação em 1993. Cujas missão é a ampliação das condições de acesso das mulheres à justiça, através da criação de novos mecanismos para defesa, prevenção e promoção de direitos.

Ao longo dos Cursos de Formação Continuada de PLPs realizados pela THEMIS, observamos a inestimável contribuição que estes têm para a vida dessas mulheres. Conhecer seus direitos é um passo fundamental para o sentimento de pertencimento e de inclusão social.

A metodologia do curso, valoriza os saberes práticos das alunas, e potencializam suas condições de sujeitos de direitos. É um processo contínuo de fortalecimento das mulheres. Lideranças comunitárias, essas mulheres trazem consigo uma trajetória social marcada pelo engajamento na perspectiva de uma ação coletiva voltada para mudanças sociais.

Após a conclusão do curso, elas, demandam a criação em suas comunidades de origem do Serviço de Informação à Mulher/SIM (serviço comunitário gratuito) para escuta e orientação às mulheres em suas diferentes demandas.

Essa atuação das PLPs potencializa o projeto institucional, garantindo a multiplicação de informações para o exercício da cidadania crítica e autônoma, além de realizar uma intervenção mais ampla no sentido de identificar as demandas das mulheres, de denunciar o descaso de agências públicas e de propor ações e/ou políticas públicas para garantia dos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: gênero; identidade; direitos e justiça social.

* Assistente social e socióloga, mestre e doutora em educação. Coordenadora do projeto de trabalhadoras domésticas junto à agência da ONU MULHER/New York. Professora da Escola de Conselhos da Universidade FACCAT, em nível de extensão, em Educação em Direitos Humanos. Coordenadora de projetos da organização THEMIS/RS-Brasil.

Direitos em doses homeopáticas: a situação jurídica das famílias homoafetivas em Portugal

O reconhecimento e a conseqüente regulação das uniões entre pessoas do mesmo sexo ou homoafetivas – como denominadas no Brasil – integram a agenda do pensamento jurídico mundial.

Portugal, acompanhando o chamado “bloco euro americano”, passou a permitir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo com a Lei n. 9/2010. A pergunta que ainda resiste: terá sido a igualdade plena atingida com a aprovação desta lei? Não nos parece, quando saltamos da análise do direito matrimonial e passamos à análise do direito parental ou da filiação, tendo em vista que o rol de beneficiários das técnicas de PMA nos termos da Lei n. 32/2006 não contempla os casais homossexuais e a adoção por pares do mesmo sexo foi expressamente vedada pelo Diploma de 2010.

Será essa vedação ao exercício da parentalidade por parte dos casais homossexuais uma discriminação arbitrária ou estará ela de acordo com o espírito do sistema português? Qual será a verdadeira função do art. 13, n.2 da Constituição da República Portuguesa em relação a essa questão? Por que a Lei n.9/2010 foi submetida a um controle preventivo de constitucionalidade, excetuando-se o artigo que trata do óbice à adoção? Sobreviveria esse artigo a um escrutínio no Tribunal Constitucional? Parece que a resposta será negativa.

O presente artigo pretende oferecer um panorama da atual situação jurídica das famílias homoafetivas em Portugal, além de analisar o princípio do melhor interesse da criança que poderia servir como fundamento razoável para tirar a carga de arbitrariedade do impedimento ao exercício da paternidade/maternidade por casais homossexuais, caso houvesse uma afronta ao princípio. Será esse o caso?

Palavras-chave: homossexualidade; uniões; casamento; parentalidade.

* Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - Unipê (2006), Pós-Graduada em Filiação, Adoção e Proteção de Menores pela Universidade de Lisboa (2008); Pós-Graduada em Direito da Bioética e da Medicina pela Associação Portuguesa da Direito Intelectual e Universidade de Lisboa (2008); Pós-Graduada em Proteção de Menores pela Universidade de Coimbra (2011); Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa (2010). Doutoranda em Direito Civil pela Universidade de Coimbra; Diretora de Relações Internacionais do IBDFAM – PB (Instituto Brasileiro de Direito de Família – Seção Paraíba); Vice-Presidente da Comissão de Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo da OAB-PB; Membro da International Society of Family Law, da American BAR Association, da International BAR Association e da World Association for Medical Law; Autora da obra Homoafetividade e Direito (Ed. Juruá) e de diversos artigos publicados em obras coletivas e revistas, no Brasil e em vários outros países.